

Eneida de Almeida

SEGREGACIÓN URBANA, PATRIMONIO Y MEDIO AMBIENTE

URBAN SEGREGATION, HERITAGE AND ENVIRONMENT

Cidade, patrimônio e meio ambiente: miradas cruzadas

Ciudad, patrimonio y medio ambiente: miradas cruzadas
City, heritage and environment: crossed lukeds

Eneida de Almeida*

Citar este artículo como: De Almeida, E. (2018). Cidade, patrimônio e meio ambiente: miradas cruzadas.
Revista Nodo, 13(25), pp. 25-33

Resumen

Este artículo aborda la pertinencia de las relaciones entre las prácticas de conservación del patrimonio arquitectónico y cultural y las discusiones relacionadas con los problemas ambientales que afligen especialmente a las grandes metrópolis en el escenario contemporáneo. El desarrollo de la narrativa pasa por conceptos clave, componiendo un cuadro multifacético, basado en consultas de autores que se remiten a documentos internacionales, explorando diferentes enfoques relacionados con el tema que aquí se trata. El Plan de Recuperación del Centro Histórico de Bolonia (1971-1984) permite discutir sobre estas cuestiones presentes en la agenda contemporánea, ligadas a la preservación del patrimonio cultural y ambiental

Palabras clave: Patrimonio, Naturaleza, Cultura, Preservación ambiental.

Resumo

Este artigo aborda a pertinência das relações entre as práticas de conservação do patrimônio arquitetônico e cultural e as discussões relacionadas aos problemas ambientais que afligem especialmente

as grandes metrópoles no cenário contemporâneo. O desenvolvimento da narrativa perpassa por conceitos-chave, compondo um quadro multifacetado, com base em consultas de autores que se remetem a documentos internacionais, explorando diferentes enfoques relacionados ao tema. O Plano de Recuperação do Centro Histórico de Bolonha (1971-1984) possibilita discutir acerca dessas questões presentes na agenda contemporânea, ligadas à preservação do patrimônio cultural e ambiental.

Palavras-chave: Patrimônio, Natureza, Cultura, Preservação ambiental.

Abstract

This article discusses the pertinence between the conservation practices of cultural heritage and the discussions about the environmental problems that especially afflict the great metropolis in the contemporary scenario. The development of the narrative details key concepts, composing a multifaceted framework, based on studies from authors that refer to international documents, exploring different approaches related to the topic. The Recovery Plan for the Historic Centre of Bologna (1971-1984) allows for arguments on contempo-

Fecha de recibo: 05 de julio de 2018 • Fecha de aceptación: 15 de noviembre de 2018

* Profesora de la Universidad San Judas Tadeo, São Paulo, Brasil. Correo electrónico: eneida.almeida@uol.com.br

rary agenda issues regarding the preservation of cultural and environmental heritage.

Keywords: Heritage, Nature, Culture, Environmental preservation.

Introdução

A revolução operada pelo homem moderno nos meios de transporte e de comunicação permite que ele se sinta em casa no mundo e junto dos outros como nunca antes. As conquistas, entretanto, por mais promissoras que se apresentem, trazem riscos e novos desafios a superar.

Nesse sentido, em tempos recentes, os avanços tecnológicos alcançados pela modernidade mais do que celebrados, são postos em xeque. Dois dos questionamentos mais recorrentes são, segundo Karsten Harries (INESBITT, 2006, pp. 425-427), a tendência a se manipular indiscriminadamente o ambiente físico e a pretensão de produzir a “máquina de morar”, ao invés de se procurar a integração aos “habitats”, em conformidade com a visão heideggeriana.

O restauro, a conservação, a tutela e a valorização do patrimônio arquitetônico tendem a se mostrar ações muito parciais e, de certo modo, inócuas, se não forem combinadas com ações de caráter mais amplo que envolvam preocupações ambientais, uma vez que os desequilíbrios ecossistêmicos podem ser apontados como uma das principais causas de danos aos bens patrimoniais. Esse problema tende a se agravar, especialmente no panorama contemporâneo, em que se observa o crescimento ilimitado das cidades e os efeitos perversos das mudanças climáticas, como o aumento da poluição atmosférica, a alteração do regime de vazão das águas, para mencionar só alguns dos problemas mais frequentes a afligir as principais metrópoles do planeta.

Este artigo aborda a pertinência entre as práticas de conservação do patrimônio arquitetônico e cultural e as discussões relacionadas aos problemas ambientais que afligem especialmente

as grandes metrópoles no cenário contemporâneo. O desenvolvimento da narrativa perpassa por conceitos-chave, compondo um quadro multifacetado, com base em consultas de autores que se remetem a documentos internacionais, explorando enfoques particulares relacionados ao tema.

É inegável a associação entre a preservação da paisagem cultural¹ e os anseios de sustentabilidade ambiental², favorecendo uma abordagem segundo a qual os conceitos e as práticas devem estar comprometidos com os temas da ecologia e das discussões ambientais, principalmente no que tange ao combate ao desperdício, à diminuição da produção de resíduos, ao melhor aproveitamento dos recursos naturais, à utilização de energia limpa e renovável e à preferência por processos construtivos ambientalmente responsáveis.

Os procedimentos de gestão da conservação do patrimônio cultural, que englobam práticas

.....

1 O conceito de paisagem cultural, cuja origem está nas discussões desenvolvidas pela UNESCO desde 1992 e nas proposições da Convenção Europeia da Paisagem, comporta a delimitação de recortes geográficos do todo, desde que representativo do caráter do conjunto. Uma de suas principais contribuições para o debate é a tentativa de superação da dicotomia, ainda latente, entre o natural e o cultural – discussão enfrentada no prosseguimento do texto –, compreendendo-os como conceitos inseparáveis, em construção permanente, que se articulam numa perspectiva dinâmica e global. No Brasil, a compreensão do termo refere-se especialmente ao produto de relações que os grupos sociais estabelecem com o ambiente, visíveis não só fisicamente, mas também por meio dos valores atribuídos socialmente. A proteção da paisagem, segundo esse ponto de vista, deveria promover necessariamente formas de desenvolvimento social e econômico sustentáveis. Para o aprofundamento deste tema sugere-se consultar: Nascimento; Scifoni (2010).

2 Convém mencionar que as noções de sustentabilidade ambiental e de desenvolvimento sustentável, discutidas no desenvolvimento deste artigo, apresentam certo esgarçamento devido aos diversos sentidos que lhe são atribuídos nos dias atuais, ao transbordarem o campo acadêmico, e serem incorporadas de modo vago e impreciso ao senso comum, aos discursos mercadológicos e políticos, reproduzindo muitas vezes lógicas hegemônicas de produção, distribuição e consumo de produtos, sem romper com o círculo vicioso que está na base dos problemas ambientais.

de prevenção de danos, ações de manutenção ordinária, planos de conservação integrada, correspondem a medidas que, aplicadas em conjunto, concorrem de modo significativo para uma adequada tutela do meio ambiente e, conseqüentemente, para uma melhor qualidade de vida.

Pode-se, portanto, sustentar que a preservação do patrimônio cultural articulada às preocupações ambientais, abrange um amplo leque de ações que vão desde a intervenção em obras isoladas, alcançando os instrumentos de planejamento e legislação urbana e territorial.

Desenvolvimento sustentável

Sustentabilidade é um conceito ligado às ciências ambientais que subentende em linhas gerais as “condições de desenvolvimento voltado a assegurar a satisfação das necessidades da geração presente sem comprometer as possibilidades da geração futura de realizar a próprias”, conforme a definição apresentada na Enciclopédia Treccani em formato digital. A origem do termo é associada à Conferência das Nações Unidas (ONU), realizada na Suécia em 1972, conhecida como “Primeira Conferência Mundial sobre o Homem e o Meio Ambiente”. Já o conceito de ‘desenvolvimento sustentável’ foi definido com maior clareza somente em 1987, com o Relatório de Brundtland³, tendo sido indicado como um novo paradigma⁴ de desenvolvimento na “Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e

.....

3 Conforme o Relatório, o desenvolvimento sustentável é aquele que “procura atender às necessidades e aspirações do presente sem comprometer a possibilidade de atendê-las no futuro”. Importante notar que a desaceleração do crescimento econômico não está entre as metas recomendadas, ao contrário, indica-se que o combate à pobreza e ao subdesenvolvimento seria alcançado somente pelo incentivo a uma nova era de crescimento, na qual os países desenvolvidos desempenhariam um papel relevante. Essa postura do desenvolvimento a qualquer custo foi um dos principais questionamentos feitos pelos críticos ao conteúdo do documento.

4 A noção de paradigma, explorada por Thomas Kuhn em *A estrutura das revoluções científicas* (1962), será objeto

Desenvolvimento”, ocorrida no Rio de Janeiro em 1992, também chamada de “Rio-92”, a partir de um quadro amplo de aspectos ambientais, econômicos e sociais interligados, com vistas a garantir um equânime desenvolvimento socioeconômico, sem comprometer o futuro equilíbrio ambiental.

Transformar o nosso mundo. Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável é o título do documento resultante de um complexo trabalho preparatório que se iniciou no Encontro sobre o Desenvolvimento Sustentável, ocorrido em 2015, em New York, antes da Conferência Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável “Rio+20”. O documento reconhece a estreita ligação entre o bem-estar humano e a condição saudável dos sistemas naturais, enfatizando a necessidade de enfrentar desafios comuns entre todos os países, independentemente do grau de desenvolvimento em que se encontrem na atualidade, indicando vários objetivos para alcançar o Desenvolvimento Sustentável, entre os quais: por fim a cada forma de pobreza no mundo; garantir a todos a disponibilidade e a gestão sustentável da água e das estruturas higiênico-sanitárias; assegurar o acesso aos sistemas de energia econômicos, confiáveis, sustentáveis e modernos. Metas que se mostram fictícias, especialmente pelo fato de que não se tenha enfrentado o debate da redução da produção, distribuição e consumo de mercadorias, nem tampouco as desigualdades na distribuição de riquezas.

O tema deve ser afrontado, portanto, mediante o estudo dos sistemas ecológicos e as possibilidades de autoregulação, resiliência e estabilidade do ecossistema. Corresponde, obviamente, a um conceito dinâmico, por envolver relações entre o sistema ecológico e o sistema antrópico, ambos em constante transformação. As discussões mais recentes tendem a reforçar as relações sinérgicas e sistêmicas entre a as dimensões ambientais, econômicas e sociais.

.....

de análise no decorrer deste artigo, sob o enfoque aqui desenvolvido.

Como afirma Francesco Prosperetti, (2009, p. 98), os modelos de desenvolvimento devem ter a capacidade de requalificar o ambiente em que se vive por meio da ativação de recursos que valorizam e fazem crescer a comunidade nele instalada. A relação entre os recursos do território e os recursos humanos representa uma condição essencial para se alcançar um modelo sustentável que se autorregula e, ao mesmo tempo se regenera, sem empobrecê-lo, ao contrário, contribuindo para o seu crescimento. Dessa forma, a qualidade da paisagem pode ser um indicador das políticas de desenvolvimento do território.

Nesse sentido, é imprescindível contar com instâncias de participação das comunidades locais, e registrar as experiências bem sucedidas, para que possam replicar em outros territórios, nos quais há similaridade de condições.

À procura do turismo sustentável

Chega a configurar um paradoxo que o crescimento do interesse pelas belezas naturais possa representar um risco para a preservação ambiental, dado que a degradação do território está diretamente relacionada ao impacto causado pela presença humana. Sob essa perspectiva, os efeitos do movimento turístico passam a fazer parte da temática deste estudo, tratando de explorar as relações entre turismo e biodiversidade, que estão condicionadas a um delicado equilíbrio, interdependência e interação, como forma de assegurar a imensa variedade de seres vivos e o ambiente físico que a abriga.

Por isso mesmo o controle das atividades turísticas deve estar condicionado às exigências da população local, procurando evitar impactos indesejáveis tanto ao patrimônio, quanto à qualidade de vida da população local. Coloca-se como condição indispensável implantar um conjunto de políticas integradas que permitam conciliar as estratégias de preservação do patrimônio cultural, com as preocupações de conservação ambiental e, por fim, medidas interligadas que incentivem o

turismo sustentável e, ao mesmo tempo, o desenvolvimento social, o que pressupõe a participação da comunidade residente. Essa situação só pode ser alcançada com base numa gestão complexa de desenvolvimento turístico de base comunitária, combinada com educação patrimonial e ambiental, tendo compromisso fundamental com o bem estar da população local.

O binômio natureza/cultura

Francesco Remotti, em texto da Enciclopédia Digital Treccani das Ciências Sociais, discorre sobre o binômio natureza/cultura, assinalando de início a aparente obviedade da distinção entre os termos que permite associar oceanos, florestas, fenômenos meteorológicos, como pertencentes à natureza, e, por outro lado, cidades, meios de transporte, espetáculos teatrais, como componentes da cultura. Assim continua Remotti (1996):

(...) uma erupção vulcânica é indubitavelmente um fenômeno natural; uma guerra entre seres humanos e o conseqüente canibalismo ritual (como acontecia, por exemplo, entre os Tupinambás do Brasil) são, contrariamente, colocados entre os fatos históricos e entendidos prevalentemente como fenômenos culturais, enquanto envolvem em primeiro lugar sociedades dotadas de uma própria estrutura econômica, de uma organização política e militar, de específicas regras de comportamento e de valores.

Entretanto, é possível sustentar que natureza e cultura, já consideradas como domínios autônomos, em geral concebidos como estratos sobrepostos, são hoje compreendidas como frutos de invenção, derivados de “construções culturais”. A título de exemplo da transformação dos sentidos atribuídos aos dois termos, Remotti compara duas edições consecutivas do livro *Les structures élémentaires de la parenté* di Claude Lévi-Strauss: na primeira, de 1949, assinala-se que a cultura comparece na esteira da natureza, como um fenômeno inscrito na realidade das coisas; “a mesma distinção da natureza era índice e prova da exis-

tência ‘natural’ da cultura”. Já na edição de 1967, ressalta Remotti, os limites entre uma e outra são tênues, definidos ‘culturalmente’, segundo diferentes perspectivas, na medida em que correspondem a ‘objetos teóricos’, isto é, são classificados em categorias elaboradas culturalmente com base em escolhas conceituais.

Esclarece, portanto, que a oposição natureza/cultura corresponde a uma daquelas concepções tão naturalizadas no nosso modo de pensar, que, num primeiro exame, parece incontestável. Basta pensar que grande parte do conhecimento científico ocidental se baseou nessa oposição. Na organização do saber da idade moderna, pensadores como Bacon e Galilei conferiam prioridade epistemológica ao conhecimento da natureza, relegando o saber relativo, e secundário, à sociedade (aos costumes, aos acontecimentos e à linguagem). Segundo essa concepção, a natureza corresponderia a um mundo ordenado, feito de leis rigorosas e de relações estáveis, enquanto o mundo da sociedade e da história equivaleria a uma condição de variabilidade e incerteza. O próprio estruturalismo em que se sustentava Lévi-Strauss, afirma Remotti, correspondia a uma aproximação programática entre a antropologia e as ciências naturais.

No entanto, sinaliza que autores como Max Weber e Wilhelm Dilthey, adotam a estratégia de reivindicar a autonomia das ciências humanas como ‘ciências do espírito’, ou da cultura. Provavelmente, sugere Remotti, recorrer à noção de cultura, no lugar de apoiar-se nas estruturas sociais, tenha levado a uma postura que privilegia a pesquisa do ‘particular’ em relação ao ‘geral’.

A noção kuhniana⁵ de paradigma, conforme esclarece Remotti, favorece ulteriormente o enten-

.....

5 A menção refere-se a Thomas Kuhn, autor de *A estrutura das revoluções científicas* (1962), obra na qual discute a constituição das ciências e da produção científica em termos epistemológicos e estruturais, indicando uma nova compreensão acerca dos processos científicos, como construções sociais e históricas, decorrentes de uma complexa relação entre teorias, dados e paradigmas. É justamente essa

dimento de que também a ciência natural seja um fato de cultura, fruto de convenções, das quais se conformam tradições mais ou menos produtivas e, portanto, adotadas, ou, pelo contrário, combatidas. No entanto, segundo Kuhn, são distintas as condições das diferentes comunidades científicas: mais ordenadas e paradigmáticas as das ciências naturais, mais desordenadas e pré-paradigmáticas as humanísticas.

A cultura foi, portanto, usualmente utilizada como um meio para assinalar o território propriamente humano, para apresentar o homem como um ser à parte com respeito ao resto do mundo animal e à natureza em geral. Tal compreensão é relativizada na medida em que a cultura passa a ser considerada como possibilidade de outros seres animais. Cultura, segundo essa perspectiva, refere-se àquilo que não é fixado rigidamente pelas leis de hereditariedade.

Ritual e tradição desenvolvem de fato funções conservativas e repetitivas das escolhas inicialmente adotadas e, com a memória, garantem a continuidade cultural, impedindo que a cultura, como fluxo de informações transmitidas por meio de formas comportamentais, se disperse ou se perca. A cultura, nesse sentido, desenvolve-se a partir de uma situação caracterizada por múltiplas escolhas, mas os seus produtos típicos, seus sinais mais peculiares – ritual e tradição – acabam por reduzir significativamente a multiplicidade de obras e práticas.

.....

combinação que delimita o que pode ou não ser examinado e aceito nos fenômenos que submetemos à pesquisa dentro de uma comunidade científica. Nesse sentido, os paradigmas correspondem a conjuntos de saberes e fazeres universalmente reconhecidos por uma comunidade científica, durante determinado tempo. Quando formas tradicionais de pesquisa não mais respondem às necessidades de modo convincente, ocorre a crise dos paradigmas que, como explica Kuhn, é um pré-requisito para a revolução científica, conduzindo à formulação de um novo paradigma. Esta reflexão é oportuna para se discutir a respeito dos paradigmas de desenvolvimento adequados para o momento atual e o quanto são compatíveis com as discussões ambientais.

A perda da cultura, das suas informações, assim como dos seus recursos representa um risco para os grupos sociais. Dificuldades de conservação de cultura e interrupções nos processos de sua transmissão comportam algo além de simples desajustes de ordem prática, podendo dificultar a serenidade no enfrentamento dos problemas da existência individual e coletiva, ou mesmo comprometer a própria capacidade de sobreviver.

Segundo, Remotti, apoiando-se cada vez mais nas respostas culturais, as pessoas atribuem à cultura tarefas muito significativas que vão além da subsistência primária e imprescindível, conferindo-lhe o papel de constituir um modelo coerente de humanidade com o qual se possa identificar.

Se natureza e cultura são entendidas como entidades entrelaçadas, ambas derivadas de processos sociais, certamente a cultura não pode ser entendida como segmento recortado da vida, tampouco pode desconsiderar a dimensão simbólica que envolve e captura as condições concretas de produção e reprodução da vida.

Antonio Lauria (2017, p. 56) compartilha dessa visão, ao discutir sobre a relação entre o homem e o ambiente, atenta às posturas que priorizam uma equilibrada correspondência entre ‘forma’ e ‘contexto’, a escolhas de projeto que se apoiam em campos do conhecimento tanto das ciências sociais quanto das ciências naturais. A esse respeito, faz menção à expressão de Ortega y Gasset “eu sou eu e a minha circunstância”, sublinhando as recíprocas influências existentes entre o indivíduo e seu ambiente de vida, considerando que o ambiente não se limita à sua dimensão física, mas é fundamentalmente marcado pela estrutura social na qual as pessoas conduzem sua própria existência. O ambiente, como sinaliza o autor, configura uma espécie de tapete que dá sustentação às pessoas, constituído por uma trama urdida pelo entrelaçamento de fatores físicos e estruturas sociais.

Conforme, esclarece Lauria (2017, p. 57),

a capacidade de suportar adequadamente a vida das pessoas (expressa, na metáfora, pela

rigidez do tapete) depende de um lado das suas características físicas e de outro da eficiência das redes de suporte social nele disponível.

Buscando atender às expectativas do habitante, o projeto ambiental, segundo Lauria, apela à responsabilidade social do projetista e extrapola o modelo abstrato (adulto-médio-são), sobre o qual se baseou o vasto processo antrópico do mundo. Empregando o recurso da acessibilidade, enquanto grau de apropriação que os lugares e os serviços asseguram a cada pessoa – independentemente da idade, gênero, cultura, condição de saúde, educação, capacidade física, sensorial e ou cognitiva – em favor de uma pluralidade de exigências de diferentes perfis humanos, o autor estabelece como parâmetros essenciais de projeto a equidade e a inclusão social.

A noção de conservação integrada

No que diz respeito, à relação entre o campo do patrimônio e a área do planejamento, a Declaração de Amsterdã (1975), deliberada no Congresso do Patrimônio Arquitetônico Europeu pelo Conselho de Europa, concomitante com a comemoração do Ano Europeu do Patrimônio Arquitetônico, inverte uma tendência histórica de se dissociar a conservação do patrimônio arquitetônico das diretrizes de desenvolvimento territorial, assinalando que as práticas de preservação não correspondem a ações marginais, secundárias, mas, ao contrário, devem integrar as pautas centrais do planejamento urbano e regional.

Assim, as municipalidades – principais instâncias de tutela patrimonial – devem, segundo as recomendações expressas no documento, atuar de modo cooperado com os demais níveis, regional e nacional, sem medir esforços na construção de diálogos e trocas de informação, na elaboração de acordos de cooperação, de diretrizes comuns e de decisões compartilhadas. Por outro lado, as políticas de planejamento regional devem ser

compatíveis com as exigências de conservação do patrimônio arquitetônico e para elas contribuir.

A noção de conservação integrada, que comunica diferentes instâncias de poder e estimula a participação dos cidadãos, é uma das contribuições mais valiosas desse documento. Nesse sentido, colabora para uma mudança de ótica no papel desempenhado pelo campo do planejamento físico-territorial, tradicionalmente voltado às discussões relacionadas ao futuro das cidades, às suas perspectivas de desenvolvimento e expansão, que passa a partir de então a assumir uma parcela de responsabilidade na concepção das políticas públicas vinculadas à conservação e reabilitação de áreas de interesse histórico e cultural.

Sinaliza-se no documento o papel crucial do controle das transformações ambientais seja no que diz respeito às questões de memória que se articulam a uma dimensão simbólica e coletiva, aos vínculos identitários e ao sentimento de pertença, seja no que se refere à economia de recursos, ao controle da produção e consumo, ao combate contra o desperdício, aspectos relevantes das discussões ambientais debatidas na atualidade.

As discussões dos anos 1970 incorporadas à Declaração de Amsterdã desenvolveram-se em grande medida sob a influência das ações que integraram o Plano para a Edificação Econômica e Popular (PEEP - Centro histórico) (1973-1984), de Bolonha, coordenado por Pierluigi Cervellati, uma notável referência de repercussão internacional.

A principal inovação desse plano de salvaguarda do centro histórico de Bolonha foi certamente o fato de caracterizar a passagem da tutela dos monumentos isolados à defesa do tecido urbano da relevância histórica. Baseado em estudos setoriais que contaram com a participação de Leonardo Benevolo, iniciados em 1963 (Figura 1), o PEEP Centro Histórico, cuja implantação se iniciou em 1973, garantiu a reestruturação conservativa de seguintes setores do centro antigo: o antigo burgo situado nas imediações da Rua Solferino, o burgo

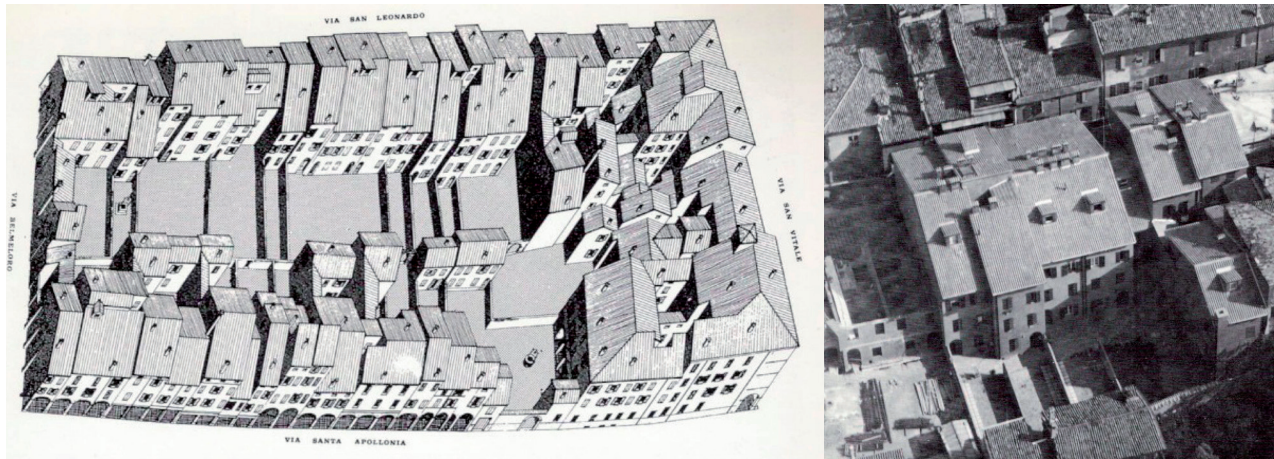


Figura 1. Capa da publicação da pesquisa setorial de base para a elaboração do PEEP - Centro histórico. Fonte: De Angelis (2013)

de San Carlo, o conjunto de San Leonardo próximo à porta San Vitale e as casas de Santa Catarina de Saragozza.

Um dos principais aspectos envolvidos nessa ação, que a torna exemplar ainda nos dias atuais, corresponde a um duplo intento: 1) a conciliação entre as perspectivas de desenvolvimento e a conservação do patrimônio urbano, uma vez que combina a condição de tecido histórico à de tecido vivo do presente; 2) a combinação entre o caráter técnico da restauração das estruturas físicas e morfológicas do conjunto construído e a dimensão social contida na preocupação em se manter a população residente.

No que tange às práticas de preservação, a atenção aos procedimentos metodológicos adotados nos levantamentos das tipologias habitacionais e de seus sistemas construtivos, associados à análise dos danos e patologias apresentados, como base essencial para estabelecer a política de recuperação do centro histórico, pautada pela intervenção mínima e pelo respeito ao material histórico original, continua sendo um parâmetro válido em tempos atuais. (Figuras 2 e 3)



Figuras 2 e 3. Levantamento de uma quadra do bairro de San Leonardo e obras de recuperação. Fonte: Fazio (1996, p. 166)

Do mesmo modo que as reabilitações das habitações tradicionais contribuem para a preservação dos modos de vida, também favorecem o controle da expansão dos limites urbanos, a contenção das invasões de terras agrícolas, uma vez que atenuam os deslocamentos da população. Um modo de impedir a degradação de construções e bairros antigos pode ser o incentivo a novas atividades produtivas em áreas subutilizadas, como forma de reverter uma situação de declínio econômico, desde que esses novos usos mantenham compromissos com o equilíbrio ambiental.

Conclusões

Desde sempre as paisagens estiveram sujeitas a transformações movidas por diversos fatores, tanto naturais, quanto antrópicos. As instituições, as comunidades, os órgãos públicos, premidos pela aceleração dos processos de desenvolvimento e expansão contínua das taxas de urbanização, são chamados a colaborar de modo integrado a executar planos e projetos voltados ao uso responsável dos recursos existentes, e à substituição de modelos tradicionais, ainda calcados no largo emprego de energias não renováveis, principalmente à base de combustíveis fósseis,

O reconhecimento do caráter dinâmico de uma cultura admite o ciclo de transformações a que está sujeita, não cabendo, portanto, a ideia de congela-

mento no tempo. As práticas da conservação do patrimônio, entretanto, podem exercer um papel significativo ao colaborar para a preservação de relevantes heranças do trabalho humano, frutos de dinâmicas de longa duração, que ainda se revelam como formas sustentáveis de apropriação social do meio físico.

Em linhas gerais, persistem ainda hoje políticas de gestão urbana que desconsideram a aquisição e a consolidação dos conceitos e as práticas do campo da preservação do patrimônio cultural, relegando à condição de abandono um estoque considerável de edificações antigas situadas nas áreas centrais, na medida em que priorizam a abertura de novas frentes de expansão para o mercado imobiliário, com a construção de novas unidades habitacionais, seja no centro que na periferia. O melhor aproveitamento do estoque construído é indispensável em áreas nas quais parte significativa das edificações é constituída por bens tombados, cuja utilização requer alternativas de atendimento às normas de licenciamento de projetos. Equacionadas as questões do licenciamento de edifícios antigos em ações de reconversão, reforma ou restauração, convém estabelecer incentivos para que investidores privados participem do financiamento dessas ações.

Embora preocupações difusas de tutela da paisagem e do patrimônio urbano estejam presentes nas políticas públicas e nas documentações internacionais,

continuam crescentes as devastações dos bens patrimoniais e dos ambientes que os constituem. A questão que se coloca hoje é a urgência de se perseguir uma relação cada vez mais equilibrada entre necessidades sociais, atividades econômicas e a conservação dos componentes culturais e ambientais do território, deslocando da condição de risco a que estão expostos os objetos do patrimônio e as paisagens das cidades, para uma condição mais reconfortante de salvaguarda tanto de suas evidências materiais quanto dos valores que representam.

Referências bibliográficas

- Cervelatti, P. & Scannavini, R. (1976). Tradução de Teresa Pastor. Bolonia. *Politica y metodologia de la restauración de centros históricos*. Barcelona: Gustavo Gili.
- De Angelis, C. (2013). Quarant'anni dopo. Piano PEEP Centro Storico 1973. In: *Ricerche e progetti per il territorio, la città e l'architettura*, n. 6, junho de 2013, pp. 35-52. Università di Bologna. Disponível em: [https://in_bo.unibo.it/article/viewFile/3940/3371]. Acesso em 20 jan. 2019.
- Fazio, M. (org.). (1976). *I centri storici italiani*. Milano: Silvana Editoriale d'Arte.
- Harries, K. (1975). A função ética da arquitetura. In Nesbitt, K. (org.). 2006. *Uma nova agenda para a arquitetura. Antologia teórica 1965-1995*. São Paulo, SP: Cosac & Naify, pp. 424-427.
- IPHAN. Declaração de Amsterdã. 1975. Congresso do Patrimônio Arquitetônico Europeu pelo Conselho de Europa. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Declaracao%20de%20Amsterda%CC%83%201975.pdf>. Acesso em 10 maio 2018.
- Kuhn, T. (1997). *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo, SP: Perspectiva.
- Lauria, A. (2017). Progettazione ambientale & accessibilità: note sul rapporto persona-ambiente e sulle strategie de design. In: *Techne. Journal of technology for architecture and environment* n. 13, Ano 7, 2017, pp. 56-60. Disponível em: [http://www.sitda.net/downloads/image/TECHNE/Techne%2013_TEORIE%20PRASSI%20PROGETTO.pdf]. Acesso em 15 maio 2018.
- Nascimento, F. B. & Scifoni, S. (2010). A paisagem cultural como novo paradigma para a proteção: a experiência do Vale do Ribeira-SP. *Revista CPC*, n.10, maio/out. 2010, pp. 29-48.
- ONU, Coordenadoria-Geral de desenvolvimento Sustentável o ministérios das Relações Exteriores do Brasil. 2016. Transformando nosso mundo. A agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: [http://www.br.undp.org/content/dam/brazil/docs/agenda2030/undp-br-Agenda2030-completo-pt-br-2016.pdf]. Acesso em 10 maio 2018.
- Prosperetti, F. (2009). Paesaggio e contemporaneità. In *L'innovazione per um restauro sostenibile*. Anais do Salone dell'Arte del Restauro e della Conservazione dei Beni Culturali e Ambientali. Ferrara, março de 2009, p. 98. Disponível em: [http://www.beniculturali.it/mibac/multimedia/MiBAC/documents/1237544439111_Opuscolo-Ferrara2009.pdf]. Acesso em 15 maio 2018.
- Remotti, F. (1996). Natura e cultura. Verbete da Enciclopédia Digital Treccani das Ciências Sociais, 1996. Disponível em: [http://www.treccani.it/enciclopedia/natura-e-cultura_%28Enciclopedia-delle-scienze-sociali%29/*]. Acesso em 20 maio 2018.